

Leitor-bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da subjetividade

Maria Aparecida Moura

Professora Adjunta da Escola de Ciência da Informação da UFMG.
Doutora em Comunicação e Semiótica.
E-mail: mamoura@eci.ufmg.br

Focaliza a atividade de leitura realizada por bibliotecários em processos de representação da informação. Caracteriza-se o bibliotecário como leitor-mediador. Analisa-se a profissionalização da leitura no contexto das atuais inovações tecnológicas.

Palavras-chave: Leitor ; Leitura profissional; Indexação.

Recebido em 24.08.2004

Aceito em 22.11.2004

Introdução

“Todos lemos a nós e ao mundo à nossa volta para vislumbrar o que somos e onde estamos. Lemos para compreender, ou para começar a compreender. Não podemos deixar de ler. Ler, quase como respirar; é nossa função essencial”.(MANGUEL, 1997, p. 20).

As comunidades de leitores, das quais os bibliotecários fazem parte, têm ao longo da história uma função primordial – garantir, através dos reiterados gestos de leitura, o prolongamento e a preservação da memória coletiva inscrita nos mais diferentes objetos de leitura.

A efetivação do gesto de leitura e o sentido pronunciado por cada leitor individualmente revelam visões de mundo, experiências pessoais, convenções e pertencimentos sociais distintos. Entretanto, não se pode afirmar por conseqüência que a leitura seja o resultado de um gesto anárquico ou idiossincrásico. A efetivação da leitura exige do leitor disciplina e respeito aos procedimentos formais da linguagem para que o mesmo possa construir um objeto coerente.

Assim, ainda que o gesto de leitura seja considerado a essência da hominidade percebe-se que o seu exercício efetivo incorpora uma série de complexidades que tem como resultado significações múltiplas.

A leitura é considerada, por assim dizer, o cerne das ações profissionais do bibliotecário. Em função da compreensão desse fato, tornou-se natural o estabelecimento de uma conexão, quase direta, vinculando bibliotecários e leitura. Contudo se, do ponto de vista do senso comum, tal relação parece incorporada ao cotidiano, sua efetivação nos espaços concretos do exercício profissional não ocorre sem um elevado grau de complexidade.

Apesar da consolidação histórica quanto ao papel social dos bibliotecários, estes não são, necessariamente, previstos como leitores preferenciais na instância gerativa dos textos. Nesses casos ocorre um rompimento no princípio que rege a relação de cooperação entre autores e leitores e amplia, como veremos mais adiante, as complexidades naturais decorrentes do processo.

Nas últimas décadas, a noção de leitura bem como os objetos de leitura disponíveis vêm sofrendo inúmeras transformações. Em decorrência dessas transformações, o conceito de leitura passou a abarcar uma gama muito ampla de ações. Hoje, encontra-se no mesmo patamar a ação do leitor contemplativo, dos rituais de leitura sem pressa, passando pelo leitor fragmentado, característico da era *Gutenbergiana*, acossado pelo caráter efêmero e fluído da informação e o leitor virtual, aquele que tenta articular gestos de leitura precedentes enquanto manipula distintas linguagens e busca dar sentido às informações que acessa cotidianamente na *Web*.

Os objetos de leitura ampliaram-se, assim como as habilidades cognitivas exigidas para interpretá-los. O que dizer, então, dos gestos de leitura?

Os gestos de leitura demandados na atualidade complexificaram-se de tal modo que se tornou extremamente difícil definir seu escopo. É leitura a ação do telespectador diante da tela. É leitura a atividade dos usuários da Internet. Fazem parte da comunidade de leitores os visitantes de uma exposição de arte contemporânea. Nesse universo múltiplo da leitura, o texto escrito representa apenas uma das alternativas possíveis de compreensão das expressões do fazer humano.

Contudo, é necessário não perder de vista as motivações que conduzem e determinam a realização desses gestos. Parece evidente assinalar que são bastante distintos os propósitos que orientam as leituras empreendidas por bibliotecários, pesquisadores e romancistas, por exemplo.

Leitor, leitura, autores, mediadores, suportes de informação. Que parâmetros definem, e/ou limitam a ação?

Quais são as implicações da leitura desenvolvida com propósitos profissionais?

Pretende-se, neste trabalho, analisar a prática de leitura do bibliotecário, personagem importante na gestão dos espaços coletivos de leitura. Buscar-se-á caracterizá-la em seus aspectos mais gerais, com o objetivo de ressaltar, neste movimento, a complexa teia que envolve a profissionalização da leitura no contexto das atuais inovações tecnológicas.

Aspectos teóricos da questão

Os estudos sobre a leitura e a ação dos leitores na contemporaneidade são abordados sob diversas perspectivas. Inúmeros estudiosos já discorreram sobre o tema enfatizando um ou outro aspecto da questão.

Manguel (1994:19), ao propor uma história da leitura, parte da perspectiva de que ler é uma atividade individual de decifração e tradução de signos. Essa atividade encontra-se estreitamente relacionada à experiência do leitor que, por intermédio de sua ação, “*confere a um objeto, lugar ou acontecimento uma certa legibilidade possível*”.

O autor ressalta ainda que “*A verdade é que livros determinados emprestam certas características a leitores determinados. Implícita na posse de um livro está a história das leituras anteriores do livro – ou seja, cada novo leitor é afetado pelo que imagina que o livro foi em outras mãos*”. (MANGUEL, 1997, p. 29).

A decifração e tradução do signo de que trata Manguel tem como tendência natural o fato de jamais se estabilizar, uma vez que o sentido conferido pelo leitor refere-se à materialização do seu estágio de compreensão da questão abordada num momento dado. Sendo assim, a releitura abre para o leitor a possibilidade de ampliar a compreensão, na medida em que torna possível explorar novas direções e incorporar aspectos desconsiderados preliminarmente.

Da perspectiva de Martins (1994, p. 30), a leitura pode ser considerada,

“Um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem. Assim o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido.”

Ao alargar o conceito de leitura e salientar que o leitor pré-existe ao significado da palavra escrita, Martins corrobora o ponto de vista de Manguel acerca da mobilidade e do crescimento da significação. Pois, para Manguel (1997, p. 50), nós

“(...) ‘Descobrimos’ uma palavra porque o objeto ou idéia que ela representa já está em nossa mente, pronto para ser levado à palavra’. É como se nos

fosse oferecido um presente do mundo externo (por nossos antepassados, por aqueles que primeiro falam conosco), mas a capacidade de aprender o presente é nossa. Nesse sentido, as palavras ditas (e, mais tarde, as palavras escritas) não pertencem a nós nem aos nossos pais, aos nossos autores; elas ocupam um espaço de significado compartilhado, um limiar que está no começo de nossa relação com as artes da conversação e da leitura."

Martins sintetiza as diversas concepções de leitura em duas grandes perspectivas:

- Perspectiva behaviorista-skinneriana - caracterizada pela decodificação mecânica de signos lingüísticos, por meio de aprendizado estabelecido a partir do condicionamento estímulo-resposta.
- Perspectiva cognitivo-sociológica - caracterizada por um processo de compreensão abrangente, cuja dinâmica envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, bem como culturais, econômicos e políticos.

Segundo essa autora, a leitura envolve uma atividade dinâmica abrangente e integrada à experiência pessoal do leitor, incorporando, para tanto, aspectos sensoriais, emocionais e racionais.

A leitura sensorial orienta-se pela prevalência dos sentidos na condução da atividade. A leitura emocional evoca os sentimentos mais íntimos do leitor. Nela, prevalece "(...) *um processo de participação afetiva numa realidade alheia, fora de nós. Implica necessariamente disponibilidade, ou seja, predisposição para aceitar o que vem do mundo exterior, mesmo se depois venhamos a rechaçá-lo.*" (MARTINS, 1994, p. 52).

Na leitura racional, o leitor dialoga com a realidade das informações contidas no texto. Destaca-se, nesse contexto, a exigência de interlocução, o caráter reflexivo e a exigência de constante atualização e referência.

Fausto Neto (1995) discute a questão da leitura do ponto de vista da recepção. O autor considera que a objetivação da recepção no âmbito da atividade produtiva ocorre por intermédio de uma espécie de contrato de leitura, no qual são estabelecidas as regras e instruções que demarcam o espaço de atuação do sujeito receptor. Tais contratos têm um funcionamento tácito, de modo que, uma vez introduzidos no sistema interativo proposto, ocorre o imediato reconhecimento do papel a ser desempenhado. Os contratos de leitura são elaborados considerando a semiose cultural¹ revelada através do signo produzido e do universo sócio-cultural do leitor.

Neste aspecto, Fausto Neto afirma que

"Como num jogo, ao receptor é oferecida a possibilidade de entrar na 'rede imaginária' pelo investimento dos seus mecanismos de projeção e de identificação com aquilo que se dá como 'objeto ofertado'. Porém, a condição de participar da rede será, sempre, mediante a regulação dos dispositivos técnicos discursivos que lhes ensejam ser colocados no interior dessa malha. (...) É próprio dos contratos fazer o sujeito trabalhar, porém, sempre no interior das 'engenharias' e 'gramáticas' dos sistemas produtivos dos discursos" (FAUSTO NETO 1995, p.200-201).

¹ Semiose cultural é um termo adotado por Fausto Neto (199, p. 209) para definir o sentido apriorístico dado ao signo novo em virtude da recorrência, no processo de constituição sógnica, a outros elementos já incorporados ao universo cultural dos receptores. Para Fausto Neto "*Há todo um glossário*" próprio que serve como índice daquilo que, estando ausente, exige, conseqüentemente, uma movimentação anafórica e metonímica, por parte do receptor, a fim de que complemente, por via própria, suas operações complementares ao esquema de enunciação proposto."

Considerando a evidência dos contratos de leitura, Fausto Neto reforça a existência de um receptor pressuposto orientando a tessitura do discurso em prol do sentido. O receptor pressuposto é aquele que conhece alguns elementos do signo que lhe é apresentado, tendo por função articular a visão anterior com o elemento procedente. Nesse caso, o autor atribui ao receptor um certo conhecimento, solicitando-lhe o desenvolvimento de algumas ações que objetivam atualizar o percurso discursivo proposto. Tal percurso é construído com base na concepção de sentido oriunda da instância gerativa.

O receptor pressuposto corresponde ao leitor-modelo referenciado nos trabalhos de Eco (1979). De acordo com Eco (1979, p.45), tanto o autor, quanto o leitor-modelo, correspondem a tipos de estratégias textuais. Nesse sentido, podem ser considerados como um conjunto de condições de êxito, necessário à atualização do conteúdo potencial do texto.

Eco (1979) parte da perspectiva de que o texto é um produto interpretativo com seu destino atado à instância gerativa. Contudo, espera-se que o leitor modelo apresente algumas características determinantes à realização de uma leitura sintonizada com a tessitura de sentido proposta originalmente pelo autor. São elas: competência lingüística, variada competência circunstancial, capacidade de desencadear pressuposições, competência para reprimir idiosincrasias.

Vista desse prisma, a construção da significação é um eterno exercício de negociação envolvendo leitor, autor e obra. Para tanto, é necessário que o autor, ao propor a arquitetura de sentido presente no texto, forneça algumas pistas ao leitor, de modo que esse último possa atualizá-las

(...) "tal como o autor pensava ao escrever; e sua interpretação deve orientar-se no mesmo sentido que o autor elegeu para criar o texto (...). Ao mandar o leitor complementar a produção do sentido, por aquilo que ele deixa de implícito, o enunciador reitera e exige mesmo do leitor uma determinada atitude para levá-lo a uma determinada interpretação."(FERNANDEZ apud FAUSTO NETO, 1995, p. 209).

Além disso, os vestígios deixados pelos autores orientam os leitores em direção à correta interpretação. Tais estratégias conferem aos autores um caráter *onisciente e onipresente* no âmbito da obra.

Nesse debate, Stuart Hall, *apud* Fausto Neto (1995), estabelece uma polarização em relação ao aspecto determinante da ação do emissor. Ao fazer uso da categoria da recepção negociada, ele considera que, no processo de recepção, os sujeitos realizam negociações entre as mensagens, modificando os significados preferenciais com base em seus interesses e práticas sociais.

Somado à tensa definição dos papéis a serem desempenhados pelos leitores no processo comunicacional, Eco (1969) incorporou o conceito de abertura. Na articulação desse conceito, o autor considerou que a abertura interpretativa pressupõe uma desordem dominada, visto que a comunicação humana caracteriza-se pela passagem de uma intenção autoral para uma instância receptiva. Eco ressalta que tal abertura apresenta maiores possibilidades comunicativas por contar, no processo interpretativo, com a integração dos esforços pessoais dos leitores compatibilizados com a organização e a intenção formativa do autor. A obra aberta é, portanto, "*um convite a fazer a obra com o autor*". Nesse sentido, reitera que

“O autor oferece ao fruidor uma obra a acabar: não sabe exatamente de que maneira a obra poderá ser levada a termo, mas sabe que a obra levada a termo será, sempre e apesar de tudo, a sua obra, não outra, e que ao terminar o diálogo interpretativo, ter-se-á concretizado uma forma que é a sua forma, ainda que organizada por outro de um modo que não podia prever completamente: pois ele, substancialmente, havia proposto algumas possibilidades já racionalmente organizadas, orientadas e dotadas de exigência orgânica de desenvolvimento.” (ECO, 1969, p. 62).

Com relação ao processo interpretativo, Eco (1993) subdivide-o em dois tipos de interpretação: a *sã* e a *paranóica*.

A interpretação *sã* é a capacidade de reconhecer os limites das estruturas textuais, compreendendo que de uma relação mínima não se pode querer extrair o máximo, sob o risco de provocar deformações ao pensamento do autor. Por outro lado, a interpretação *paranóica* caracteriza-se pela excessiva atenção dada às pistas deixadas pelo autor. Neste caso, o leitor se perde na indagação dos motivos *secretos* que o levaram a escolher determinada estrutura em detrimento de outras. A superestimação da importância das pistas (dados analógicos) deve-se muitas vezes à tendência de se considerar, no processo interpretativo, os elementos mais imediatamente aparentes como significativos. Entretanto, esta atitude de *leitura suspeita* desloca o olhar do leitor, impedindo-o de interpretar o texto em sua complexidade. O ato de leitura, então, aparece como uma difícil relação entre a competência pessoal do leitor e a competência que um dado texto exige para ser lido.

Conforme já salientado, os textos são dispositivos que pré-determinam seu leitor-modelo. Entretanto, nos processos de disseminação da informação surgem outros leitores que não foram, necessariamente, pensados pelos autores, ampliando ainda mais o grau de complexidade da interpretação. Nesse aspecto, por mais que o autor tente cercar suas intenções, fornecendo uma objetividade descritiva e informacional, o texto, por vezes, adquire característica e abrangências próprias.

O ato interpretativo torna-se, então, a possibilidade de conciliar a intenção nem sempre acessível do autor, os interesses do leitor e aquela intenção, nem sempre transparente, do texto. Portanto, não se trata de supervalorizar o papel do leitor na condução da obra, mas, antes, de criar espaços de colaboração mútua, nos quais os direitos dos leitores e autores sejam preservados.

A sociedade da informação e a instituição de novas práticas de leitura

A explosão informacional, caracterizada sobretudo pela aceleração dos processos de produção e de disseminação da informação e do conhecimento, acelerou o que se convencionou chamar *sociedade da informação*.

A sociedade da informação caracteriza-se pelo elevado número de atividades produtivas que dependem da gestão de fluxos informacionais, aliado ao uso intenso de tecnologias de comunicação e informação. As possibilidades sociais e técnicas, ampliadas no contexto dessa sociedade, contribuíram de forma decisiva na aceleração dos processos de disseminação da informação e, ao mesmo tempo, passaram a delinear e a exigir novos comportamentos dos leitores na condução dos gestos de leitura, visto que o acompanhamento pessoal

e o acesso real ao conjunto da produção intelectual tornaram-se, no contexto das inovações tecnológicas, uma ilusão inexecutável.

Em virtude dessas transformações e compelidos de certo modo pelas demandas postas pela sociedade, as bibliotecas e demais espaços de socialização da informação tomaram para si a responsabilidade pelo gerenciamento e pela organização dos fluxos informacionais. Para que esta intervenção fosse efetiva, tornou-se necessário profissionalizar a atividade de leitura.

Contudo se, por um lado, a profissionalização da leitura tornou-se a solução mais imediatamente adequada para fazer face à nova dinâmica imposta pela informação, por outro ela significou interpor novos mediadores entre os autores e os leitores. Tal mudança teve como consequência o enfrentamento de um novo problema no âmbito da disseminação da informação.

Nesse caso, tornou-se necessário consolidar instrumentos e técnicas que possibilitassem, no âmbito do tratamento e disseminação da informação, reduzir as disparidades provenientes da formação discursiva do bibliotecário, da intenção do autor, da competência do texto e a de seu leitor modelo. Como manipular os diferentes mecanismos que permeiam a relação entre estas diferentes formações discursivas?

Do ponto de vista dos sistemas de informação, foram criados inúmeros instrumentos auxiliares de leitura e alguns procedimentos normativos para balizar a elaboração dos produtos informacionais gerados a partir da prática de leitura empreendida pelo leitor bibliotecário.

Leitor — bibliotecário: uma estranha criatura?

No contexto da sociedade da informação, o bibliotecário tornou-se um, pois, leitor mediador; intérprete que trabalha sobre materialidades discursivas variadas, com o objetivo de criar, a partir de suas interpretações, representações condensadas dos textos com efeito de completude. Sua função, segundo Lucas (1997), é situar as palavras em seus diferentes contextos, entender as idéias de um autor e interpretar um arquivo/documento. Para tanto, esses profissionais lançam mão dos instrumentos auxiliares de representação da informação, das instruções normativas e da leitura técnica.

A leitura técnica consiste na abordagem global dos itens informacionais, e tem por objetivo recolher os dados que permitirão o estabelecimento da representação desses itens nos sistemas de informação. Esse procedimento técnico aciona dois outros: a análise de assunto e a indexação, que tornam possível a identificação, a extração dos termos referenciais e a tradução desses para uma linguagem de indexação. Finalmente, a leitura técnica busca, através de ferramentas específicas, a reconstituição bruta da informação veiculada no texto original.

A leitura feita para fins de representação informacional visa assim a identificação e a extração de referências dos textos originais para sua posterior transformação em textos documentários como resumos, descritores ou palavras-chave. O procedimento técnico decorrente dessa leitura, embora organizado para atender a uma atividade específica, também acontece envolvido na complexidade que o ato de ler representa.

O leitor-bibliotecário é um sujeito social sensível às influências culturais, sociais e políticas que o cercam. Além disto, manipula cotidianamente signos que refletem essa dinâmica social. Nesse caso, o processo de produção das representações da informação torna a ação do bibliotecário complexa, descontínua e ambígua.

A leitura, atividade fundamental no processo de trabalho desses profissionais, pressupõe um articulado movimento de interação entre o leitor e o texto a ser incorporado ao sistema. E isso não ocorre sem o grau de subjetividade decorrente do processo interpretativo visto que a trajetória dos bibliotecários no mundo da leitura é talhada pela profissão. Sendo assim, não há formas objetivas o bastante para desvincular as perspectivas de leitura que aqueles possuem, pois, em certa medida, é o sujeito leitor que orienta as práticas do profissional leitor. E, na medida em que a leitura representa um processo de apropriação do conhecimento produzido, podemos afirmar que, no caso específico do leitor-bibliotecário, essa apropriação ocorre em outras bases. As práticas de leitura destes profissionais remetem a dois tipos específicos de apropriação textual.

De um lado, temos a apropriação terminológica caracterizada pelo contínuo armazenamento, em *enciclopédia particular*, de uma lista de descritores aplicáveis às áreas de atuação do profissional. No decorrer do tempo, devido à familiaridade com a terminologia, tal leitor é capaz de incorporar novas informações aos sistemas, formular expressões de busca, estabelecer diálogos interdisciplinares sem, contudo, conseguir extrair as implicações teórico-metodológicas desta ação. É uma habilidade que o bibliotecário desenvolve ao longo de suas atividades profissionais.

Por outro lado, a apropriação conceitual ocorre de modo mais consciente. Neste caso, o profissional busca, no desempenho de suas atividades, conhecer de forma mais específica os conceitos e as *interfaces* que os descritores representam para as distintas áreas de conhecimento. Devido a esse fato, a representação de um dado item informacional realizada pelo bibliotecário ganha significação e a mediação passa a ter mais chance de efetivação.

Nos espaços dedicados à organização e ao tratamento da informação é possível verificar, em menor ou maior escala, a presença simultânea dos dois pressupostos referidos. Parece evidente que as representações informacionais geradas sob um ou outro pressuposto repercutem significativamente na recuperação da informação. Sendo assim, inúmeros estudos têm sido levados a termo com o objetivo de aprimorar a qualidade das representações informacionais. Entretanto, a grande maioria dos estudos tem se preocupado apenas com melhoria dos instrumentos auxiliares de indexação e com o aprimoramento das normas técnicas.

Nessa perspectiva, alguns estudiosos, dentre os quais Frohman *apud* Kobashi (1994, p. 99), buscam consolidar mecanismos que permitam orientar e desambigüisar o conteúdo informativo decorrente da leitura e da interpretação do bibliotecário. Esses pesquisadores advogam que seria necessária a construção e a consolidação de regras *suficientemente precisas*, que pudessem orientar a análise de assunto e a sua conseqüente representação. Todavia, a perspectiva centrada no aprimoramento dos instrumentos e das normas relativiza a ação do leitor bibliotecário nos processos de representação informacional e advoga ser possível chegar ao estabelecimento dessas regras sem a observação da atividade empírica dos bibliotecários. Segundo eles, os textos possuem princípios tipológicos que definem sua superestrutura. Para a consolidação das regras, seria necessário atuar na compreensão e na tradução normativa dos princípios tipológicos dos textos.

“No que diz respeito à estrutura do texto, afirma-se estar associada ao modo com o qual as idéias são organizadas no texto; com relação ao conteúdo, ao

tema e aos conceitos tratados no texto. Como a estrutura do texto se articula ao seu conteúdo, o autor de um texto escolhe determinada estrutura textual que venha coincidir com o conteúdo que quer transmitir.” (FUGITA, 2004).

Por outro lado, têm sido desenvolvidos estudos (LARA, 1993; FUGITA, 1999-2004; PONTES & VALIO, 1998; LUCAS, 1998; NAVES, 2001) com o intuito de refletir sobre o papel do leitor bibliotecário nos processos de representação da informação. Esses estudos visam compreender de que modo os bibliotecários articulam e operacionalizam em termos informacionais o conhecimento pessoal, os objetivos do sistema de informação, as especificidades dos textos, as características e as demandas dos usuários. Nesses estudos, constata-se, a partir de percursos teóricos distintos, que deve ser dada maior atenção ao processo de formação dos mediadores informacionais. Os estudos coincidem na compreensão de que a atividade de mediação informacional é complexa e envolve processos de apropriação social da informação do ponto de vista de quem efetiva o gesto de leitura.

Assim, foi possível verificar que os estudos e pesquisas desenvolvidos em torno da questão da representação da informação e da ação do leitor bibliotecário ainda estão, a julgar pelas tendências apontadas nas pesquisas em andamento, longe de uma orientação consensual.

Atualmente, as contribuições da lingüística, da psicologia cognitiva, da semiótica e da análise do discurso têm surgido como possibilidade de interlocução e orientação teórica na análise da questão dos aspectos humanos presentes na representação informacional.

Espera-se que esse movimento teórico contribua para tornar mais efetiva a atuação do bibliotecário enquanto mediador da informação, pois a ação desse mediador é recoberta de ambigüidades e demarcada pelas regras rígidas dos sistemas de informação. Entretanto, este mesmo sistema requer sujeitos articuladores e conhecedores das peculiaridades das informações, capazes de promover interfaces conseqüentes e que compreendam as necessidades de informação de seus usuários.

Assim, torna-se necessária a ampliação do conhecimento desses profissionais acerca de sua atividade de modo que possamos vislumbrar a redução do impacto da mediação humana e as quase inevitáveis variações nos processos de representação. Compreender mais amplamente os aspectos humanos envolvidos na representação informacional pode permitir aos bibliotecários participar como sujeitos plenos na condução de suas atividades profissionais, dentre as quais a leitura é parte fundamental.

Considerações finais

Através do exposto, vimos que a presença do leitor-bibliotecário na gestão dos espaços coletivos de informação e leitura é permeada por contradições que vão além do universo profissional. Se, por um lado, seu papel de mediador é por vezes ignorado, por outro sua presença à frente dos sistemas de informação tem sido cada vez mais evidente e necessária.

Atualmente, a profissionalização da leitura é uma condição *sine qua non* para o processo de disseminação da informação e do conhecimento e se apresenta como tendência em contínua expansão no contexto das inovações tecnológicas.

Do ponto de vista do funcionamento dos sistemas de informação é necessário a tomada de consciência da existência desse leitor. Quanto aos próprios leitores–mediadores, estes devem ter em mente que, para sua sobrevivência enquanto trabalhadores intelectuais, “O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado como pretensão universal.” (LUCAS, 1997, p. 114).

Essa atitude pode contribuir para a formação crítica do leitor que está à frente dos sistemas informacionais, o que, a nosso ver, deve ser implementado a partir da articulação de novas estratégias de leitura. Isso possibilitaria o desenvolvimento de elementos que consolidem e ampliem a apropriação conceitual em processos de representação temática.

Assim, atuar como leitor mediador é ser intérprete de informações e demandas. É ter que exercer a capacidade interpretativa sã e, às vezes, a paranóica, para melhor compreender a dinâmica do fenômeno informacional, o que exige dos profissionais uma postura multidisciplinar na realização do seu trabalho, elemento que pode contribuir em sua *performance* como leitor-mediador.

No nosso entendimento, somente a partir da integração da experiência pessoal do leitor -mediador e do desenvolvimento de novas estratégias de abordagem da informação será possível consolidar a parceria autor/mediador/leitor, tão necessária às práticas cotidianas de leitura e de representação informacional.

Reader-librarian: interpretation, memory and the contradictions of the subjectivity

The article focuses the reading activity of librarians in processes of representation of information. The librarian is characterized as a reader-mediator. The professionalization of reading is analyzed in the context of current technological innovations.

Key-words: Reader ; Professional reading; Indexing.

Referências

- BAKTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995. 196p.
- BARANOW, Ulf Gregor. Perspectivas na contribuição da lingüística e de áreas afins à ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 23-35, 1983.
- CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.
- CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega; PINTO, Maria Cristina C. M. F. Análise de assunto. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 32-43, jan./jun. 1980.
- CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W (Coord.). *Análise documentária: a análise da síntese*. 2. ed. Brasília: IBICT, 1987. p. 29-37.
- CHAGAS, Eduardo Ferreira. Diferença entre alienação e estranhamento nos manuscritos econômicos-filosóficos (1844) de Karl Marx. *Educação e filosofia*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 23-33, jul./dez. 1994.
- CUNHA, Isabel Maria R. Rerim.; KOBASHI, Nair Yumiro; AMARO, Regina Keiko F. *Análise documentária: considerações teóricas e experimentações*. São

- Paulo : FEBAB, 1989. p. 28-29.
- ECO, Umberto. *A obra aberta*; forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- ECO, Umberto. Entre autor e texto. In: _____. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins fontes, 1997. p. 79-104.
- ECO, Umberto. *Lector in fabula*; a cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FAUSTO NETO, Antonio. A deflagração do sentido; estratégias de produção e de captura do sentido. In: SOUSA, Lauro Wilton de (Org.) *Sujeito: o lado oculto do receptor*. São Paulo: ECA/USP: Brasiliense, 1995. p. 189-222.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Recuperação temática da informação. *R. Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 112-130, jan./dez. 1990.
- GUINCHAT, Claire; MENON, Michel. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2. ed. Brasília: IBICT, 1994.
- KEMP, D. A. *The nature of knowledge: an introduction for librarians*. London: C. Bingley, 1976.
- KOBASHI, Nair Yumiko. *A elaboração de informações documentárias*; em busca de uma metodologia. 1994. Tese (Doutorado) - ECA/USP, São Paulo.
- KURAMOTO, Hélio. Uma abordagem alternativa para o tratamento e a recuperação de informação textual: os sintagmas nominais. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 182-192, maio/ago. 1996.
- LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos*; teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.
- LARA, Marilda Lopes G. *A representação documentária*: em jogo a significação. São Paulo: ECA/USP, 1993. 133p.
- LARA, Marilda Lopes Ginez de. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 223-226, set./dez. 1993.
- LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagens documentárias, instrumentos de mediação e comunicação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 72-80, jan./jun. 1993.
- LOPES, Mariângela Spotti Lopes. A leituras do indexador: estudo de observação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 1999.
- LOPES, Mariângela Spotti Lopes. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. *Datagramazero*, v. 5, n. 4, ago. 2004. Disponível em <http://www.datagramazero.org.br>. Acesso em: 29 ago. 2004.
- LUCAS, Clarinda Rodrigues. Biblioteconomia; produção e administração da interpretação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 46 — 53, jan./abr. 1997.
- LUCAS, Clarinda Rodrigues. *Indexação*; gesto de leitura do bibliotecário. 1996. Tese (Doutorado) — UNICAMP, Campinas.
- LUCAS, Clarinda Rodrigues. Olhar leitor do bibliotecário e a leitura de arquivos. *Transinformação*, Campinas, v. 7, n. 1-3, p.111-116, jan./dez. 1995.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- NOCETTI, Milton; FIGUEIREDO, Regina Célia. Línguas naturais e linguagens documentárias: traços inerentes e ocorrência de interação. *Revista Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 23-37 jan./jun.1978.
- NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. *Informação & Informação*, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.
- PONTES, Rute Batista de; VALIO, Else Benetti Marques. Leitura do bibliotecário acadêmico; formação e atuação. *Transinformação*, Campinas, v. 10, n. 3, set./dez. 1998.
- RIVER, Alexis. Construção de linguagens de indexação: aspectos teóricos. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 56-99, jan./jun. 1992.

SANTAELLA, Lúcia. *A leitura fora do livro*. Disponível em <http://www.pucsp/~cos-puc.html>. Acesso em: 30 jul. 2001.

SUOMINEN, V. *Filling empty space*; a treatise on semiotic structures in information retrieval, in documentation and related research. Oulu: Oulu University Press, 1997.

SVENONIOUS, Elaine. Unanswered questions in the design of controlled vocabularies. *Journal of American Society for information Science*, v. 37, n. 5, p. 331-340, 1986.